

Projeto Eletromemória:
História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo
(1890-2005)

História da energia elétrica no Estado de São
Paulo:

Acervos documentais – séries de processos de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos Sobre o Meio Ambiente (RIMA) – 1986/2007

Randal Soares Mega

Marília
2009

História da energia elétrica no Estado de São Paulo: Acervos documentais – séries de processos de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos Sobre o Meio Ambiente (RIMA) – 1986/2007

Randal Soares Mega¹

Cabe a este projeto a organização do acervo de acordo com os modernos fundamentos teóricos e práticas da arquivística, partindo da identificação da série de processos EIA-RIMA, que contém inúmeras tipologias documentais referentes a laudos técnicos, etapa inicial da classificação e descrição dos documentos até a elaboração de um instrumento de pesquisa eletrônico que permita o acesso aos documentos pertencentes aos fundos CESP: CES 1966-1994, e USELPA: USE 1953-1966, do acervo da Fundação Energia e Saneamento e Fundo da Duke-Energy 1988-2007, empresa privada.

Dentro desse processo o projeto sobre a história da energia se insere como uma forma de mapear, identificar, classificar e descrever a documentação produzida no período de 1986 a 2007. A pesquisa da documentação depositada na Fundação, e possivelmente dispersa nas várias empresas que serão pesquisadas, refletirá as práticas administrativas e cotidianas dessa empresa no que se refere à exigência da legislação ambiental a partir de 1986, tanto para usinas já concluídas como para as futuras, referente ao funcionamento das usinas hidrelétricas no Brasil. Assim, uma massa documental começou a ser produzida a partir desta data, tanto para as usinas já em funcionamento como para as que seriam construídas, resolução CONAMA nº 024, de 18 de setembro de 1986.²

No bojo das exigências de aspecto ambiental vigente na legislação do país a partir da década de 1980, para a execução de obras que afetem o ambiente natural tem se constatado

¹ Graduando no curso de Arquivologia pela Universidade Estadual de São Paulo, Contato: msr-m@hotmail.com.

² **RESOLUÇÃO CONAMA nº 024, de 18 de setembro de 1986.** Publicada no DOU de 18/11/86. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 48, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, RESOLVE: I – Determinar à sua Secretaria Executiva, que oficie a Procuradoria Geral da República, no sentido de comunicar e solicitar as providências cabíveis, o descumprimento por parte da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e suas subsidiárias, do estabelecido no § 4º do Artigo 10, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, combinado com o § 5º do Artigo 20, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983 e Artigo 3º da RESOLUÇÃO CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, no que diz respeito à elaboração e apresentação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental, para fins de licenciamento das usinas hidrelétricas em funcionamento e construção no país.

uma nova e crescente massa documental específica que muito pode contribuir para montar um panorama de antes e depois da instalação de barragens. Para citar apenas alguns documentos exigidos por lei, que devem fazer parte dos fundos documentais das usinas, temos as Licenças Ambientais,³ os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA),⁴ que ao serem inventariados podem ser muito úteis aos usuários dos acervos. Estes documentos, denominados estudos e relatórios de impactos ambientais, se constituem como processos por se tratarem de uma juntada de documentos necessários em várias áreas profissionais para que a empresa possa obter as licenças para seu estudo de viabilidade, construção e operação, formando estes processos por sua vez séries por assim dizer.

Como objetivo central pretende-se mapear as massas documentais que se encontram depositadas em locais diferentes, documentos referentes à exigência ambiental legal para construção de obras de geração e sistema de transmissão de energia. Estes documentos dizem respeito à Licença Prévia (LP), que deve ser requerida no início do estudo de viabilidade da usina; a Licença de Instalação (LI), que deve ser obtida antes da realização da licitação para construção do empreendimento e a Licença de Operação (LO), que deve ser obtida antes do fechamento da barragem (CONAMA, nº 6, 06/09/1987), entre outros dispostos em lei, formando assim os processos de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA). Como resultado final específico, este projeto prevê, além de discutir os métodos arquivísticos e a organicidade dos documentos em questão, elaborar um inventário que conste toda a documentação de proveniência das usinas que satisfaçam à legislação ambiental.

Como metodologia para tratar o componente arquivístico existe um conjunto de leis que abarcam o assunto. A lei sobre a política nacional de arquivos públicos e privados determina que “os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual,

³ **RESOLUÇÃO CONAMA nº 6, de 16 de setembro de 1987.** Publicada no DOU, de 22 de outubro de 1987, Seção 1, página 17500. *Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.*

⁴ **RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986,** publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549. *Correlações:*

- Alterada pela Resolução nº 11/86 (alterado o art. 2º)
- Alterada pela Resolução nº 5/87 (acrescentado o inciso XVIII)
- Alterada pela Resolução nº 237/97 (revogados os art. 3º e 7º)

Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

do Distrito Federal e municipal, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”;⁵⁻⁶ além disso, “são também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades”.⁷ Os processos de privatização das empresas de energia, ocorridos durante a década de 1990, criaram uma situação interessante do ponto de vista da Arquivística. A partir das novas empresas concessionárias, os seus documentos passaram a fazer parte daqueles que permanecem entre os dois conjuntos – públicos e privados – devido ao serviço público prestado por empresas privadas.

Um dos aspectos importantes a considerar é a continuidade e abrangência temporal dos acervos custodiados pela Fundação. Durante o processo de criação da Fundação Energia e Saneamento, foram recolhidos os documentos considerados históricos pelas empresas instituidoras. Assim, foi estabelecida uma linha de corte que passava pela documentação custodiada pelos Departamentos de Patrimônio Histórico (DPH) e Centros de Memória existentes nas empresas naquela época. Como a Lei de Arquivos determina que “a cessação de atividade de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora”, considerou-se adequado distribuir os documentos, de acordo com os critérios previamente utilizados pelas empresas. A Fundação recebeu os documentos considerados históricos, cujas datas-limite não ultrapassaram o ano de 1998. A partir da criação das novas empresas, a documentação considerada de relevância administrativa ou técnica foi transferida às sucessoras, de acordo com o que determina a lei.⁸ Esse processo, que levou à dispersão dos fundos existentes, criou uma dificuldade para a preservação da integridade da documentação histórica de cada empresa – tanto aquela anterior ao período

⁵ CONARQ – **Arquivo Nacional Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Seção: Leis e Decretos-Leis. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

⁶ CONARQ – **Arquivo Nacional Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003**. Seção: Resoluções do CONARQ. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

⁷ CONARQ – **Arquivo Nacional Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Seção: Decretos. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

⁸ CONARQ – **Arquivo Nacional Resolução nº 19, de 28 de outubro de 2003**. Seção: Resoluções do CONARQ. Dispõe sobre os documentos públicos que integram o acervo das empresas em processo de desestatização e das pessoas jurídicas de direito privado sucessoras de empresas públicas.

da privatização, mas que mantém seu valor primário (administrativo ou técnico), quanto aquela que está sendo produzida ao longo dos últimos anos.

Uma decorrência da fragmentação dos acervos que está em curso e que se tornará cada vez mais complexa é a perda da organicidade dos arquivos das empresas de energia. “É muito importante lembrar o caráter orgânico da documentação arquivística. Um documento solto, fora de seu contexto de produção, não fornece a idéia exata dos motivos pelos quais foi criado”.⁹ Com isso, a qualidade da pesquisa histórica fica comprometida, uma vez que os acervos fragmentados tendem a fornecer informações também fragmentadas, incorrendo no risco de erros de interpretação, ou impossibilidade de comprovação científica de teses levantadas. A dispersão dos fundos, muitas vezes incontornável por questões administrativas, deve ser revertida, tanto quanto possível, na fase permanente da documentação, retomando à organicidade existente na produção.¹⁰

O projeto se apresenta no estágio inicial de pesquisa, com leituras afins e visita à Fundação Energia e Saneamento, com sede situada na cidade de São Paulo. Foi realizado um curso sobre a instituição, e seus trabalhos realizados em acervos nos arquivos das usinas localizadas no Estado de São Paulo, área de abrangência. Em julho, foram realizadas visitas aos locais onde será feito um diagnóstico do acervo e mapeada a documentação a ser pesquisada.

⁹ PAZIN, Marcia. **Arquivos de Empresas: tipologia documental**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

¹⁰ BELLOTTO, Heloísa L. Dispersão e reintegração de fundos. In: **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. Wohlers de. **Estado e energia elétrica em SP.:** CESP, um estudo de caso. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1980.

ARQUIVO NACIONAL. **Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos.** Rio de Janeiro.

_____. **Gestão de Documentos:** conceitos e procedimentos básicos RJ. 1995 (Public. Técnicas, 47).

_____. **Manual de Identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos.** Rio de Janeiro. 1985 (Publicações Técnicas, 40).

_____. **Manual de levantamento da produção documental.** Rio de Janeiro. 1986 (Publicações Técnicas, 44). 1997. Disponível online em: <www.cbpa.net>.

BELLOTO, Heloísa L. (Coord.), CAMARGO, Ana Maria. A. **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: AAB-SP, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 2ª ed. Revisada e ampliada. RJ: FGV, 2004.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo.** SP: Arquivo do Estado, 1998.

BOA NOVA, Antônio Carlos. **Percepções da cultura da CESP.** São Paulo: Escrituras, 2000.

CASSARES, Norma Cianflone, MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. (Projeto Como Fazer, 5).

CINTRA, A. M., TÁLAMO, M. F. G. M., KOBASHI, N. Y., LARA, M. L. G. **Para entender as linguagens documentarias.** 2ª ed. 96 p. São Paulo: Polis, 2002.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística.** 2ª ed. Madrid: Fundación Sánchez Ruiperez, 1994.

DUCHEIN, Michel. **O respeito aos fundos em arquivística**: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração. Rio de Janeiro. v. 10-14, p. 14-33, abr. 82 / ago. 86. Tradução de Maria Amélia Gomes Leite.

DURANTI, Luciana. **Diplomática**: usos nuevos para una antigua ciencia. Córdoba. 1995. Tradução de Manuel Vasquez.

ESCOBAR, Luis F. S. **Como identificar y denominar una serie documental**: proposta metodológica. Biblios, año 5, nº 20, oct.-dic. 2004, Colômbia.

GONÇALVES, Janice. **O papel-chave da identificação tipológica nas atividades arquivísticas**. São Paulo. Boletim do Arquivo, 2002. v. 4, nº 2, jul. / dez.

_____. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. SP. Arq. do Estado, AAB-SP. 1998.

GOULART, Silvana. **Patrimônio documental e história institucional**. ARQ-SP, 2005.

GUINCHAT, C., MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994. 501 p.

HEREDIA, Antonia. **Gestión de documentos, archivística general**: teoría y práctica. Sevilla. Diputación Provincial, 1991.

ISAAR (CPF): **Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. Tradução de Vitor M. da Fonseca. 2ª ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

ISAD(G): **Norma geral internacional de descrição arquivística**. 2ª ed., RJ: Arquivo Nacional, 2001.

LARA, M. L. G. **Linguagens documentárias, instrumentos de mediação e comunicação**. São Paulo Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação jan./jun.1993 v.26, nº 1-2, p.72-80.

_____. **A representação documentária: em jogo a significação**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, USP, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação).

LEGISLAÇÃO/disponível:www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm, acesso em 15/04/2008, 19h21.

LEGISLAÇÃO/disponível:

<www.mma.gov.br/port/conama/processos/61aa3835/livroconama.pdf>, acesso em 15/04/2008, 19h00.

GÓMEZ, Pedro López. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información**. V. 5, nº 22-23, 1998, p. 37-43. Disponível em <<http://eprints.rclis.org/archive/00001743/>>, acesso em 29/03/2008.

LUCCAS, Lucy, SERIPIERI, Dione. **Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas**. Brasília: Thesaurus, 1995.

_____. **Memórias do Projeto RE-SEB: a história da concepção da nova ordem institucional do setor elétrico brasileiro**. São Paulo: Massao Ohno, 2000.

PAZIN, Marcia C. C. **Arquivos de empresas: tipologia documental**. São Paulo: ARQ-SP, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SPINELLI JR., Jayme. **Conservação de acervos bibliográficos e documentais**. RJ: F. B. N., 1997.

TÁLAMO, M. de F. G. M. **Linguagem documentária**. V. 1. SP: Assoc. Paul. de Bibliotecários, 1997.

_____. **Terminologia e documentação**. Tradterm. São Paulo, 2001. v. 1, nº 7, pp. 141-151.